

Mensagem do Executivo

# A versão mais cor-de-rosa do Brasil que Lula apresentou ao Congresso

Via Lei de Acesso, 'Estadão' identificou mudanças em duas versões do texto enviado aos parlamentares

FRANCISCO LEALI  
BRASÍLIA

A Constituição manda: na abertura do ano Legislativo, o presidente da República é obrigado a enviar ao Congresso "mensagem e plano de governo" para falar da situação do País e solicitar "as providências que julgar necessárias". O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez isso e, no início de fevereiro, estava lá o ministro da Casa Civil, Rui Costa, entregando o calhamaço de 333 páginas com quase 110 mil palavras. A versão oficial do texto está disponível na internet, já a minuta do documento conta uma outra história que o Congresso não viu.

O que vai relatado a seguir é fruto de um pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI), respondido pela pasta de Rui Costa, a quem coube redigir o texto. A versão original da mensagem começou a ser elaborada em outubro do ano passado.

A Casa Civil bateu à porta dos ministérios pedindo contribuições. Cada ministro deveria mandar o que fez em 2023 e o que espera para 2024. A equipe encarregada da tarefa pediu ajuda à Secretaria de Comunicação para azeitá-la a versão final. Um cronograma para entrega dos trechos de cada pasta foi definido em planilha.

O acervo liberado pela Casa Civil dá conta que houve pelo menos duas rodadas de

compilação dos textos enviados pelos ministérios: uma no dia 23 de dezembro de 2023 e outra em 24 de janeiro deste ano. A comparação dessas versões com o texto final revela como o governo Lula preferiu pintar um cenário mais cor-de-rosa do primeiro ano de gestão e ainda amenizar eventuais problemas para 2024.

A mensagem de Lula começa descrevendo o cenário macroeconômico, assunto para o Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad. O texto que chegou da Fazenda em dezembro começava assim: "Em 2023, o Brasil cresceu 3%, a despeito da maior incerteza no ambiente externo e da política monetária ainda contracionista."

A versão original da Fazenda ainda alerta para o que virá em 2024: uma desaceleração do crescimento para 2,2%. Em janeiro, a equipe de Haddad atualizou sua contribuição e o tom inicial era ainda mais cauteloso: "As principais economias viram suas taxas de juros básicas subirem, o que causou sequentes turbulências nos mercados financeiros globais. Não bastasse o cenário de oscilação financeira, a economia chinesa também passou por incertezas importantes."

**DIFERENTES TONS.** Mas quem abrir as páginas iniciais da mensagem enviada por Lula ao Congresso vai encontrar um texto em tom bem diferente: "O ano de 2023 deverá fechar com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,92%, índice muito superior à projeção de 0,79%. Ao mesmo tempo, a inflação caiu e fechou o ano dentro da meta, impactada pela queda no preço dos alimentos nos domicílios, serviços e bens industriais, beneficiando as classes de menor renda".



Lula e Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, durante a sessão solene no Congresso Nacional

A versão final põe em destaque indicadores positivos que já estavam nos textos da Fazenda, mas perdidos em parágrafos lá no meio. Na mensagem oficial, sumiu a referência à desaceleração do crescimento para 2,2%, dado que já era público. Também não há qualquer menção à crise na economia chinesa.

**DEFESA.** Na Casa Civil, o processo de produção da mensagem presidencial começou em 1º de outubro do ano passado e foi até 2 de fevereiro deste ano. Pelo menos uma pasta da Esplanada dos Ministérios começou seu dever de casa mais cedo. O Ministério da Defesa já

digitado pelas Forças Armadas, ao contrário do que houve com a Fazenda.

A mensagem presidencial tinha um capítulo para falar da relação com o Parlamento. A redação desse trecho ficou sob a responsabilidade do ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais. Com o nome do ministro da Articulação Política meio atravessado na garganta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de outras lideranças, a equipe de Padilha preparou uma primeira versão do texto que tocava num tema sensível para congressistas: o direito de indicar pessoas para ocupar cargos no governo federal.

O texto de 2023 abordava o tema de maneira oblíqua. Dizia que o governo federal, "alinhado aos anseios da sociedade civil", passou a acompanhar de perto o processo de gestão de pessoas, "buscando a excelência na formação das equipes dos ministérios". Assim, de um jeito meio torto, estava ali registrado que o governo é aberto a conversar sobre cargos. Mas isso foi em dezembro. No mês seguinte, todas as referências ao tema foram suprimidas.

**DENGUE.** Se para textos de Haddad e Padilha a ordem foi tirar, no caso do Ministério da Saúde foi preciso movimento contrário. A primeira versão enviada pela pasta de Nísia Trindade não fazia nenhuma referência à dengue e necessidade de combate à doença, que já virou

epidemia em várias partes do País. Na versão, a dengue entrou com admissão de que tem "representado um desafio à saúde pública".

Já no trecho que coube ao Ministério da Educação um ajuste no texto fez turbinar os investimentos previstos para educação básica. A primeira versão anunciava que o governo iria, numa primeira etapa, investir R\$ 9,4 bilhões para construção de 1 mil creches e pré-escolas em tempo integral e comprar 1.500 ônibus. Na versão final, caiu a referência à "primeira etapa", e o anúncio de verbas para educação preferiu falar de tudo que está previsto a curto e médio prazo. Com isso, o valor subiu para R\$ 21,4 bilhões. O número de creches pulou para 2,5 mil e o de ônibus para 3 mil.

**UÍSQUE COM PASTEL.** O papélorio que, por obrigação legal, o presidente enviou ao Congresso é manifestação formal e veio no momento em que o Executivo cuida para não criar novos atritos parlamentares. Na informalidade, Lula tem feito o mesmo. Já serviu uísque com pastel para deputados e pão de queijo com vinho para senadores. Todos recebidos para um happy hour no Palácio da Alvorada onde as conversas parecem ter sido tão cor-de-rosa quanto a mensagem presidencial lida no plenário do Congresso no início de fevereiro. ●

## Operação Tempus Veritatis

### Moraes proíbe Bolsonaro de ir a eventos militares

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes proibiu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros investigados por suposta tentativa de

golpe de Estado após as eleições de 2022 de comparecerem a eventos das Forças Armadas, do Ministério da Defesa e das polícias militares. A decisão foi reve-

lada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmada ao *Estadão* pela defesa do ex-presidente.

Além de Bolsonaro, a restrição abrange os ex-ministros

Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, Walter Braga Netto, da Casa Civil, Paulo Sérgio Nogueira, que encabeçou a Defesa, e Anderson Torres, ex-titular de Justiça. Valdemar Costa Neto, presidente do PL, também foi enquadrado pela decisão, que

prevê multa diária de R\$ 20 mil em caso de descumprimento.

O despacho integra o inquérito sobre "milícias digitais". A medida tramita em caráter sigiloso e restringe a presença dos investigados em "cerimônias, festas ou homenagens" nas dependências militares. ● JULIANO GALISI